

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO TATUIPREV

Às 9h do dia trinta e um do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do TATUIPREV situado à Rua Dona Margarida Carillo Iazetti nº. 35, Jardim São Paulo, Tatuí/SP, reuniram-se os Srs. Antonio Celso Fiuza Junior, Alexandra Cubas Macedo, Maria Concilia Serrão Correa, Francisco Carlos Hoffmann, membros do Conselho Fiscal, nomeados pelo Decreto Municipal nº 20.234, de 04 de dezembro de 2019, para a seguinte pauta: 1 - eleição do presidente, vice-presidente e secretária do conselho fiscal; 2 – análise dos balancetes de receita e despesa do quarto trimestre de 2021, em conformidade com o art. 161 da Lei Complementar nº 06 de 04 de novembro de 2009. Iniciada a reunião pela eleição para a escolha do presidente, vice-presidente e Secretária do Conselho para o ano de 2022, conforme determina o Regimento Interno, assim, em comum acordo entre os membros foi escolhida a conselheira Alexandra Cubas Macedo para presidir o Conselho Fiscal no ano de 2022, o conselheiro Antônio Celso Fiuza Junior vice-presidente, a conselheira Concilia Serrão Correa permaneceu como secretária e o conselheiro Francisco Carlos Hoffmann, suplente da secretaria. Dando sequência na reunião, a presidente agradeceu os votos recebidos e distribuiu os documentos elaborados e apresentados pela contabilidade do TATUIPREV para a análise do 4º trimestre de 2021, conforme segue no quadro de demonstrativo abaixo:

4º Trimestre/2021	Prefeitura	Câmara	Femague	TatuíPrev	Total
Contribuição Servidor	3.381.585,89	124.212,27	28.030,48	10.055,99	3.543.884,63
Contribuição Patronal	4.118.258,60	134.847,38	33.463,88	9.565,34	4.296.135,20
Parcelamento	1.020.255,00	-	-	-	1.020.255,00
Contribuição de Déficit Atuarial	6.171.842,48	69.763,96	9.756,74	9.942,90	6.261.306,08
Total	14.691.941,97	328.823,61	71.251,10	29.564,23	15.121.580,91

4º Trimestre/2021	
Despesa com Pessoal	181.164,69
Outras Despesas Adm.	165.278,65

Despesa com Benefícios	5.697.669,60
Ativo Fixo	8.330,00
Total	6.052.442,94

Resumo	1º Trimestre/2021	2º Trimestre/2021	3º Trimestre/2021	4º Trimestre/2021	Acumulado/2021
Receita	8.970.164,88	8.402.032,19	9.101.562,42	15.121.580,91	41.595.340,40
Despesa	4.324.041,21	4.417.870,32	4.620.939,89	6.052.442,94	19.415.294,36
Superávit	4.646.123,67	3.984.161,87	4.480.622,53	9.069.137,97	22.180.046,04
Rendimentos	1.185.850,44	10.096.065,27	(5.993.076,81)	6.593.128,02	11.881.966,92
Bancos / Investimentos	345.468.045,18	359.882.920,34	358.625.293,26	374.430.502,60	

Beneficiários	1º Trimestre/2021	2º Trimestre/2021	3º Trimestre/2021	4º Trimestre/2021
Aposentados - TatuíPrev	364	379	405	421
Aposentados - PMT	8	8	8	8
Aposentados - CMT	3	3	3	3
SubTotal	375	390	416	432

Pensionistas - TatuíPrev	72	79	84	85
Pensionistas - PMT	11	11	10	10
Pensionistas - CMT	3	3	3	3
SubTotal	86	93	97	98

Salário Família - TatuíPrev	1	1	1	1
Salário Maternidade - TatuíPrev	1	1	-	-

Total	463	485	514	531
--------------	------------	------------	------------	------------

O presidente do Instituto, Sr. Rosan Paes de Camargo filho participou da reunião e

apresentou ao conselho a Procuradora Autárquica, Dra Camila Pereira da Silva, que iniciou seu trabalho no último dia 10 de janeiro. O Presidente passou algumas informações referente às novas exigências trazidas pela Portaria nº 9.907 de 14 de abril de 2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, cuja vigência iniciou 1º de janeiro de 2022, que estabelece parâmetros para o atendimento mínimo para nomeação ou permanência dos dirigentes da unidade gestora, dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal, dos membros do comitê de investimentos e do responsável pela aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Rosan Paes explicou que a portaria exige a certificação emitida por meio de processo realizado por instituição certificadora reconhecida, custeada pelo Instituto, além de qualificação continuada objetivando a melhoria da sua gestão. Outra exigência é a apresentação a cada dois anos de certidão de não terem sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Essa certidão deverá ser apresentada até o dia 01 de março deste ano. Já a comprovação da certificação tem o prazo mais estendido contado a partir do dia 1º de janeiro de 2021 para: para os dirigentes da unidade gestora do RPPS - um ano, para o detentor da autoridade mais elevada do seu órgão máximo de direção; 2 (dois) anos, para a maioria dos membros do órgão máximo de direção; um ano, para um terço dos membros titulares e 2 (dois) anos, para a maioria dos membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal; um ano, para o responsável pela gestão dos recursos do RPPS, que passou a ser obrigado a comprovar a certificação no nível intermediário ou avançado; 2 (dois) anos, para os membros do comitê de investimentos que passaram a ser obrigados a comprovar a certificação em quaisquer níveis. Diante de todas essas novas determinações o presidente estuda apresentar até o mês de março uma minuta de alteração da Lei dos Conselhos. Os objetivos dessa adequação é aproveitar ao máximo a experiência dos membros e suas qualificações. O conselheiro Francisco comentou que esse assunto foi tratado no evento que ele participou no mês de dezembro/2021 no Estado do Espírito Santo e que realmente será uma cobrança dos órgãos fiscalizadores. Encerrado o assunto, o Presidente entregou a avaliação do terreno do Instituto, realizado pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis, que estimou o valor de mercado do imóvel em R\$ 5.645.801,50 (cinco milhões seiscientos e quarenta e cinco mil oitocentos e um reais e cinquenta centavos). Rosan Paes ainda informou que teve reuniões com

empreendedores imobiliários interessado no imóvel, mas não teve nenhum retorno efetivo. Disse que irá providenciar um painel para instalar no local e estará buscando contatos com imobiliárias locais e regionais com relacionamentos comerciais na região metropolitana de São Paulo para viabilizar a venda do imóvel. A presidente agradeceu as informações trazidas pelo Presidente do Instituto. Ato contínuo, colocou em discussão a prestação de contas do Instituto. Não tendo nenhuma observação para registrar iniciou a votação das contas, sendo aprovada por unanimidade. Assim, após análise, os membros do Conselho Fiscal, conforme determina o inciso IV da LC nº 161/09, emitem o parecer aprovando as contas do exercício de 2021 da Instituição TATUÍPREV. Nada mais havendo para constar, eu Maria Concilia Serrão Correa, secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que após lida será assinada por todos os presentes. Tatuí, 31/01/2022.

Antonio Celso Fiuza Junior

Maria Concilia Serrão Correa

Alexandra Cubas Macedo

Francisco Carlos Hoffmann